



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, SEXTA-FEIRA, 30 DE AGOSTO DE 2013

COMBUSTÍVEIS

MP cobra ajuste de preços

Muitos consumidores de combustível em Aracaju estavam insatisfeitos com a prática de diferenciação de preço nos postos de gasolina. O desagrado da sociedade quanto às formas de pagamento feito por cartão de crédito ou débito levou o Ministério Público de Sergipe a realizar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado por mais de 40 proprietários desse tipo de estabelecimento. Mesmo assim, em alguns postos ainda constam publicidades equivocadas, confundindo o consumidor.

Nos bairros Salgado Filho, Cirurgia, Pereira Lobo, Santo Antônio e São José, alguns postos utilizam formas diferentes de pagamento. Muitos passaram a não aceitar cartão de crédito, outros aceitam apenas pagamento em dinheiro, outros utilizam o cartão apenas para débito automático, formas de pagamento que não estavam bem explícitas para o consumidor.

Como se pode verificar na foto ao lado, esse posto apresenta uma placa onde se entende que aceitam cartão de crédito e podem parcelar apenas em duas vezes. Na verdade, o proprietário só aceita cartão se for a parcelamento para duas vezes, em caso de crédito para uma vez, não é aceito.

De acordo com o promotor

de Justiça da Defesa do Consumidor, Daniel Carneiro, o TAC contém cláusulas que proíbem que o posto que aceita a forma de pagamento por cartão de crédito exija que seja realizada somente para o consumo de gasolina aditivada, como muitos vinham fazendo.

“Nenhum deles é obrigado a aceitar cartão de crédito, mas se aceita, se tem a placa dizendo “recebemos cartão de crédito”, eles precisam ser coerentes. Se aceita cartão de crédito, o consumidor pode comprar tanto gasolina comum, quanto aditivada, e sem diferenciação no preço de à vista” explicou.

Carneiro disse que o que muitos estavam fazendo é um ato ilegal, uma prática de conduta abusiva. “Fazendo isso, eles estão negando a venda de um produto”, disse.

Dos 69 postos de combustível que foram chamados pelo MP inicialmente, 43 assinaram o TAC; outros não ficam localizados na capital sergipana, e outros 17 serão alvo de ação civil pública por não terem comparecido.

Sobre as propagandas, Carneiro explicou que os postos que assinaram o TAC estão sendo fiscalizados e, caso haja irregularidades desse tipo, os proprietários serão, a princípio, orientados. (Por Laís de Melo, do F5 News)